

Agora é a vez do auditório

Página 8

Mais...

6 Desafios para o sindicalismo docente nas IFES !

15 PL 1992/07: Fique alerta!

13 A importância dos aposentados

10 Saiba como cuidar da sua voz

ADUFEPE NA ATIVA: A campanha salarial 2011 e a reestruturação da carreira

Passado o período de eleições para Reitor da UFPE, avaliamos que a participação do movimento docente foi fundamental, pois, a ADUFEPE se envolveu nesse processo político e democrático, que culminou no dia 26/04/2011, através da organização de debates, sem tomar posição por nenhuma candidatura, para esclarecer a comunidade sobre as propostas, fortalecendo a democracia dentro da universidade.

Agora, passamos para uma nova fase de trabalho em 2011. Destacam-se nesse momento dois grandes eixos de trabalho. Primeiro: participação efetiva na campanha salarial 2011 e acompanhamento da tramitação das propostas de plano de carreira encaminhadas ao MEC (Ministério da Educação) e MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) pelas entidades de representação nacional (ANDES-SN e PROIFES). Sistematicamente, a diretoria da ADUFEPE tem enviado representantes nos fóruns de discussão nacional sobre esses temas e elaborado relatórios sobre a situação do movimento docente.

Segundo eixo de trabalho: participar do processo de Reforma do Estatuto da UFPE, compromisso assumido pelo reitor eleito, prof. Anísio Brasileiro, e cobrar as promessas de campanha no que tange a melhoria de condições do trabalho docente (acomodação dos docentes em gabinetes adequados, segurança no

campus e manu-tenção de laboratórios e salas de aula).

Estamos atentos. Nos últimos 12 meses a inflação atingiu o índice de 6,51% (IPCA) e, por enquanto, não há uma indicação clara do governo federal na perspectiva de reajuste salarial em 2011, recuperando a perda salarial por causa da inflação e agregando ganhos reais nos salários dos docentes das JFES.

Após a manifestação em



Brasília, do dia 13/04, organizada por 26 entidades nacionais representativas dos servidores públicos, o MPOG nomeou um secretário especial de relações sindicais, o Sr. Duvanier Pereira, muito conhecido do movimento docente. ANDES-SN e PROIFES estarão na mesa junto com o governo federal no decorrer deste ano, e a ADUFEPE acompanhará ativamente a sequência de conversas e negociações.

De forma plural e com serenidade, ouviremos todos os docentes da UFPE, realizaremos assembleias e o Conselho de Representantes está elegendo seus novos membros para o biênio 2011/2012. Continuaremos enviando representantes a reuniões e eventos das entidades nacionais, com objetivo de acompanhar de perto e influir na direção de que o bom senso prevaleça, que a defasagem salarial seja recuperada e na perspectiva de termos ganhos reais no salário, afinal, nossa categoria amarga perdas históricas em termos direitos e benefícios (anuênio, aposentadoria integral etc).

Nessas duas novas etapas em que avançamos em 2011, a ADUFEPE conta com o apoio dos associados, seja participando das assembleias ou no Conselho de Representantes, dando sugestões aos dirigentes sindicais, conversando com os colegas da universidade e convidando novos docentes a se filiar ao nosso sindicato, de modo que participem do debate ora instalado e acompanhem as discussões.

Prezados docentes, convidamos toda categoria a visitar nossa sede, acompanhar a construção do nosso auditório e as discussões sobre campanha salarial 2011 e reestruturação do plano de carreira.

Participem, vamos fortalecer nosso sindicato!

Mais informações através dos sites
www.adufepe.com.br
www.andes.org.br
www.proifes.org.br

Revista ADUFEPE

Publicação Oficial da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco. Seção Sindical do ANDES-SN

Presidente: Jaime Mendonça (Engenharia Cartográfica)

1º Vice-presidente: José Luís Simões (Métodos e Tec. de Ensino)

2º Vice-presidente: Helena Padilha (Serviço Social)

1ª Secretária: Jane Higino (Farmácia)

2ª Secretária: Juliana Albuquerque (Antibióticos)

1º Tesoureiro: Eron Pimentel (Educação Física)

2º Tesoureiro: Irani Júnior (Prótese e Cirurgia Buco Facial)

Suplentes:

2º Vice-presidente: Geraldo Barroso (Fund. Sócio-Filosófico da Educação)

2º Secretário: Jarbas Souza (Expressão Gráfica)

2º Tesoureiro: Marcos Vieira (Arquitetura e Urbanismo)

Assessoria de Comunicação:

Jornalistas: Gabriella Falcão e Suara Macedo

Fotografia, diagramação e arte: Wilton Pontes

Tiragem: 2.500

Av. dos Economistas, s/n - Campus UFPE
 Cidade Universitária - Recife-PE,
 CEP: 50740-590 -

Tele/Fax: (081) 3271.1856 - 3271.0349 - 3271.1363

Sumário

Editorial: ADUFEPE na ativa: A campanha salarial 2011 e a reestruturação da carreira | 2

3 | Plano Nacional de Educação 2011-2020 - Geraldo Barroso
 A importância do SUS - Jaime Mendonça

Entrevista: José Batista Neto - "A solução não é apenas uma questão de saber, mas do poder" | 4

6 | Artigo: Desafios para o sindicalismo docente nas IFES
 Geraldo Barroso

ADEFEPE em ação | 7

8 | Pode aplaudir, associado! Já temos nosso auditório

Cuidados com a voz | 10

12 | Aposentados da UFPE lutam pelo direito ao voto

Artigo: A importância dos aposentados - Jarbas Souza | 13

14 | Relatório Financeiro do primeiro semestre de 2011

Jurídico: PL 1992/07: Fique alerta! | 15

16 | Cultural

Prof. Geraldo Barroso*

Em 2010, atendendo a uma convocação do Ministério da Educação, cerca de três mil pessoas reuniram-se em Brasília para participar da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010). O principal objetivo dessa Conferência era debater as questões mais urgentes da educação brasileira e deliberar sobre as diretrizes de um novo Plano Decenal para a educação (o Plano anterior tinha esgotado sua vigência), que recebeu o nome de PNE: Plano Nacional de Educação. Este plano, a vigorar entre 2011 e 2020, deveria lançar as bases para a construção de um sistema nacional articulado de educação.

CONAE/2010 contou com um universo extremamente diverso de participantes, abrangendo estudantes, professores e gestores de todos os níveis educacionais, parlamentares, pais/mães de alunos/as, empresários, pesquisadores na área de educação, entidades sindicais, ONG's, representantes de comunidades populares, etc. Esta diversidade permitiu à CONAE trabalhar com os mais variados aspectos do campo educacional, resultando na aprovação de um documento final bastante amplo nas suas abordagens. A CONAE/2010 foi, sem dúvida, um grande encontro democrático de discussão das questões educacionais.



O MEC, responsável pela consolidação do texto final, apresentou, em nome do poder executivo, o Projeto de Lei (PL) 8.035/2010, que vem a ser o texto do novo PNE 2011/2020, segundo a visão do governo federal. Este PL está sendo objeto de muitas discussões em todo o país (e a ADUFEPE esteve presente na audiência pública realizada no auditório da Assembléia legislativa de Pernambuco no último dia 23 de maio, convocada pela Comissão de educação da Câmara de Deputados).

Entidades que congregam docentes de todos os níveis e modalidades de ensino, associações estudantis, reitores, entidades científicas, entidades sindicais nacionais, entre muitas outras, estão envolvidas nessas discussões e fazendo proposições de emendas, buscando apoio de deputados para interferir na redação do texto final do PNE. As disputas em torno do texto do PL 8.035 a ser apreciado pelo Congresso estão em andamento.

Embora a Andes tenha se recusado a participar da CONAE/2010 e mantenha uma posição de não emendar o texto do próximo PNE, os docentes das IFES encontram no PROIFES um canal para a defesa de suas propostas. O processo é democrático, mas exige força social para fazer valer os interesses dos educadores. A ADUFEPE está inserida nesse processo e disponibiliza, para os seus associados, no interior da sua página eletrônica, o texto do PL 8.035. Estamos lutando por um PNE que seja exequível e comprometido com o cumprimento das metas mais urgentes para dar outro rosto à educação brasileira. O desafio está posto!

* Geraldo Barroso é professor aposentado e diretor da ADUFEPE

A importância do SUS

Prof. Jaime Mendonça*

O Sistema Único de Saúde (SUS) não é visto pela população em geral e pela comunidade universitária de maneira muito positiva. Os docentes das IFES, em função de seus salários mais elevados, consideram-se protegidos por planos de saúde e, geralmente, desconhecem a atuação do SUS.

O que é o SUS do Ministério da Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

Amparado por um conceito ampliado de saúde, o SUS foi criado, em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, para ser o



sistema de saúde dos mais de 180 milhões de brasileiros. Além de oferecer consultas, exames e internações, o Sistema também promove campanhas de vacinação e ações de prevenção e de vigilância sanitária como fiscalização de alimentos e registro de medicamentos, atingindo, assim, a vida de cada um dos brasileiros. A proposta do SUS é ousada, quase utópica: **atender a todos, sem restrição e gratuitamente, desde o atendimento ambulatorial até cirurgias complexas.**

Essa referência aqui ao SUS explica-se pela minha experiência pessoal quando, em 29 de outubro de 2010, participava de uma excursão didática da Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, precisei de atendimento médico (emergência cardíaca) na distante cidade de Carnaúba dos Dantas (RN). No único hospital local fui prontamente atendido e imediatamente transferido para outro **hospital público (Padre João Maria)**, na cidade de Currais Novos, mais uns cinquenta quilômetros e lá fui internado na única UTI de toda a região. O médico plantonista, Dr. Lamech Carvalho administrou de imediato um trombolítico (anticoagulante) que reverteu o quadro de infarto do miocárdio. Depois fui transferido para Natal, onde concluí o tratamento com a implantação de um "stent".

* Jaime Mendonça é presidente da ADUFEPE

“A solução não é apenas uma questão de saber, mas do poder”

Por: Suara Macedo



No VII Colóquio Internacional Paulo Freire que aconteceu entre os dias 16 e 19 de setembro de 2010, José Batista Neto falou sobre Educação e cidadania na perspectiva da democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar. Em seu discurso Batista Neto citou o que seriam os principais desafios para a democratização da educação: “o desafio da formação dos professores, dos conhecimentos escolares e das práticas curriculares” e destacou que a valorização do magistério talvez seja o mais importante deles. Nesta entrevista concedida à Revista ADUFEPE, o influente estudioso em ciências da Educação da UFPE, falou de práticas que podem mudar o cenário educacional brasileiro. José Batista salientou o papel dos movimentos sociais e defendeu políticas de inclusão tanto para o ensino superior quanto para a educação básica, esta, segundo ele, depende essencialmente das ações daquela.

Como os docentes podem se posicionar para superar o desafio da valorização do magistério?

Eles podem fazer muita coisa enquanto sujeitos sociais, como profissionais da educação, e subsidiar a formulação de políticas. Porque essas políticas não vão surgir da cabeça de especialistas, que vão dizer o que vai ser a educação ou como cada uma destas questões devem ser tratadas. Evidentemente que a gente não pode prescindir dos especialistas, mas se a solução dessas questões viesse pela mão dos especialistas ela já teria ocorrido. Porque ela não é apenas uma questão do saber, mas é também uma questão do poder. E quando eu estou falando poder, estou falando de reunir forças sociais necessárias capazes de mover os obstáculos, de criar condições, por exemplo, para que um avanço ocorra no currículo da formação dos professores, na definição e formação dos saberes escolares. É preciso que haja condições sociais políticas pedagógicas para que isso aconteça. O professor é sujeito dessa história, mas ele sozinho não fará a transformação. Ela será feita por um conjunto de forças. Até porque, parafraseando Paul Singer, “educação é algo importante demais para ficar somente nas mãos dos educadores”.

Em setembro de 2010 a revista britânica *Times Higher Education*, especialista em educação, publicou uma lista que revela que nenhuma universidade brasileira está na lista das duzentas melhores do mundo. Por que o Brasil se destaca entre as principais economias do mundo e não avança nesta área?

Ora, isso é um velho problema

histórico do Brasil. Educação nunca foi uma questão de Estado, e sim de governos. Existem governos que tratam a educação pública como deve ser. Portanto com investimento e com estudos que permitam caracterizar os problemas pensando as políticas voltadas para uma formação mais abrangente do conjunto da população e não de segmentos específicos. Governos que tem uma visão mais humanística e menos utilitária da educação.

Hoje, apenas 13,9% da população brasileira em idade universitária está no ensino superior. Algo que não se vê em outros países que não tem o desenvolvimento da economia brasileira. Você vai ao Paraguai, à Bolívia, ao Peru, à Argentina, ou ao Chile e eles tem um percentual universitário da população dos 17 aos 25 anos muito maior do que o Brasil. Uma das questões colocadas pela Conferência Nacional de Educação em (março/ abril de 2010), foi o aumento do percentual do PIB a ser aplicado na educação e uma parte disso para educação superior, para que a gente tenha esses descompassos entre crescimento econômico e desenvolvimento social senão superados, pelo menos atenuados. Pois é isso que faz do Brasil um país que cresce, mas que permanece desigual.

De que forma aumentar o percentual do PIB de 5% para 10% faz a diferença?

Os recursos por si só não resolvem o problema. Porque você pode aumentar os investimentos e gastar mal. Muitos investimentos sem projeto, não resolvem. É preciso discutir com a sociedade no que gastar, como gastar, em quais programas, quais são as linhas mestras, que diretrizes, quais são os princípios. Vai gastar mais com

as regiões mais pobres? Portanto com as que tem mais problemas em educação? Vai gastar mais na educação básica ou na educação superior? Na educação profissional, que foi o grande mote dessa eleição de 2010? Será investido somente no público ou no público e no privado? Para melhorar os resultados é preciso qualificar o professor. Essa bandeira, de 10% do PIB aplicado à educação, é importante porque vai unir a sociedade para que isso venha a se concretizar. Mas uma vez obtido é preciso dizer do quê? Como? De que forma? Para quem? Para quê? E discutir o projeto de nação dizendo: é um projeto para reforçar as diferenças ou para caminhar no sentido do enfrentamento das desigualdades?

Por que ultimamente fala-se tanto em ensino técnico?

Porque estamos diante de um impasse. Temos uma economia que cresce, mas não uma população economicamente ativa qualificada para dar conta desse crescimento. Sobretudo porque é um crescimento que vem em vários segmentos de que se demanda do trabalhador um domínio de conhecimentos que boa parte da população economicamente ativa não possui. Então a resposta esperada pra esse crescimento pode significar a economia brasileira não crescer tanto quanto poderia em função de não ter trabalhadores qualificados. Isso vem de um processo educacional, em especial da educação profissional. Agora qual educação profissional? Aquela que apenas vai instrumentalizar o trabalhador, que vai ensinar um saber fazer através de cursos rápidos, como alguns candidatos defenderam. Ou precisamos de uma educação que discuta o significado do

trabalho e a distribuição do produto social. Pois não é qualquer educação profissional que serve. Poderemos estar simplesmente formando robózinhas para atenderem pontualmente a esse ou aquele setor da economia que vai funcionar bem durante certo tempo, mas não vai resolver o problema do cidadão brasileiro.

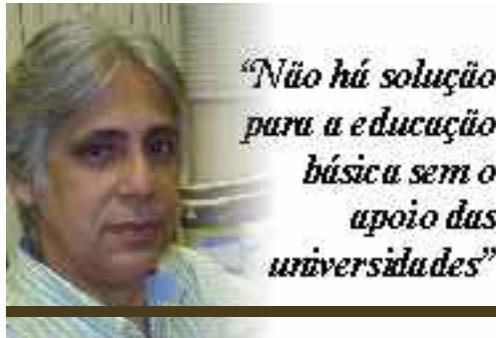
No seu discurso você lembra a ação política de movimentos sociais para a democratização da educação. Como esses grupos tem ajudado?

Eles tem ajudado tanto no sentido de desenvolverem práticas efetivas de educação com os segmentos mais excluídos, quanto formulando saberes sobre essas práticas. Saberes esses que em vários momentos da história da educação foram devidamente estudados, analisados e experimentados nos sistemas formais. Há uma série de práticas que têm que a ver com alfabetização, com educação e cultura, com educação e trabalho, educação e lutas sociais que tem servido para orientar as discussões na educação formal, mas também para orientar a formação dos professores desses mesmos sistemas. Então há uma forte contribuição entre aquilo que fazem os movimentos sociais e aquilo que os sistemas de ensino fazem através da escola formal. Eu sou forçado a acreditar, com base em uma pesquisa que realizei sobre uma experiência de escola desses movimentos sociais, a formação e profissionalização de educadores populares nesses sistemas, que a relação entre educação popular e educação formal é complementar, deferente do que se pensa. Não são dois sistemas paralelos que estão um de costa para o outro. Eles dialogam em algum nível, eles se comunicam e eles se complementam. E eu diria que tanto os sistemas formais tem a aprender com os movimentos sociais, como os movimentos sociais tem a aprender com os sistemas formais.

Qual a relação entre a má qualidade do ensino oferecido nas escolas e o acesso às universidades?

Durante certo tempo, sobretudo durante o período neoliberal (eu estou falando aqui no período FHC) educação básica e educação superior públicas quase se contrapuseram. Tentou-se plantar a idéia de que a universidade pública não cuidava da educação básica e tirava recursos dela. Evidentemente essa é uma idéia que ajudava a justificar a política da privatização da educação superior. Foi uma estratégia, pois não há solução para a educação básica sem o apoio das universidades. Elas formam, estudam,

pesquisam e produzem conhecimento sobre a educação básica. No Brasil, se não for a universidade pública que faça isso, não há quem faça. Nenhuma empresa, por mais rentável que seja, investe em educação básica pública, com conhecimento e em formação. Isso é feito pela universidade pública no Brasil desde os anos trinta do século passado através dos seus programas de graduação, dos seus núcleos de pesquisa, e é esse conhecimento que renova os processos formativos tornando-os atualizados e consistentes. É da aliança entre universidade pública e educação básica que nós teremos possibilidades de pensar políticas capazes de superar os problemas. A universidade estuda e por isso pode ajudar a apontar para onde as questões são mais cadentes. Ela tem um saber, e produz um saber que pode subsidiar as políticas educacionais.



O que fazer para que a sociedade supere esse estigma de que só quantidades de escolas e de alunos não correspondem à educação de qualidade?

Eu acho que o debate já avançou bastante. Avançamos no debate social, acadêmico e na legislação. A própria LDB incorpora princípios onde a dimensão da qualidade aparece. Porém não basta só colocar a questão da qualidade. É preciso tirar o debate da sua dimensão mais abstrata para ver os contornos do que é a qualidade. Ela tem a ver com a formação do professor, com os conteúdos que a escola veicula, com a relação da escola com a comunidade em que ela se insere e com a participação dos diferentes segmentos na escola. Há uma série de aspectos que fazem com que a democratização passe a significar coisas concretas. Tornando o aspecto da gestão democrática, por exemplo. O que é gestão democrática? É só eleger o diretor e depois dizer *vá resolver os problemas da escola?* Ou a gestão democrática requer práticas coletivas, discussões, criação de fóruns de discussões dentro da escola, no colegiado dos professores, conselho escolar, os conselhos de classe e ambientes onde isso se efetue. Então isso remete a práticas efetivas que mudam a cara da escola,

quando ela assume essa dimensão da democratização.

O que o senhor acha do PNAES que apóia a permanência de jovens de baixa renda em Instituições federais de ensino superior?

É uma luta histórica do movimento estudantil que tem total apoio do movimento docente. É fundamental que esse programa se amplie e se consolide para que possamos ter condições de permanência. Durante muito tempo temos discutido o ingresso do estudante das classes menos favorecidas na universidade pública. Mas não se trata apenas do acesso, mas de garantir a permanência através de uma política de assistência. Oferecendo bolsas de manutenção, residência estudantil, restaurante universitário, bolsas acadêmicas para não só financiar o período de estudo, mas também fazer desse um período de aprendizagem. Há uma série de políticas que podem ser desenvolvidas no plano nacional de assistência. E aí temos a dupla face da política de democratização: acesso e permanência.

O senhor defende a expansão das universidades públicas?

Defendo, não poderia ser diferente. Elas precisam se ampliar em quantidade. Porém sem perda da qualidade. Esse é o grande desafio da educação pública superior. É a ampliação sem perda da qualidade. Para isso vamos ter que continuar garantindo condições de trabalho, carreira e permanência.

Qual a importância do Ensino Superior nesta nova década?

Luiz Antonio Cunha diz que a universidade é a instituição que deve capitanear os sistemas de educação. Ela tem também um papel muito importante para a economia, porque a universidade lida com ciência e tecnologia. Então ela lida com muitas coisas que tem a ver com os sistemas produtivos, com o desenvolvimento de produtos e de processos que garantem o desenvolvimento econômico do país. Ela tem um papel muito importante na área social, pois ela não só forma, como ela produz conhecimento sobre isso. Além do papel político das universidades, uma das suas funções, e quem diz isso é o próprio professor Luís Antonio Cunha, é fazer a crítica da sociedade. Com isso ela nos ajuda a compreender a sociedade. E Silke Weber, por sua vez, diz que seria um dos papéis dela "induzir o clima cultural".

Desafios para o sindicalismo docente nas IFES

Prof. Geraldo Barroso*

Os trabalhadores brasileiros organizados em sindicatos, de todos os setores de atividade, receberam, da época Vargas, uma herança de controle estatal sobre as suas formas de organização; cabia ao Ministério do Trabalho e suas delegacias regionais, definir uma categoria profissional (ou “classe”) e o sindicato que poderia representá-la. A isto se chamava UNICIDADE SINDICAL: o governo só concedia uma única “carta sindical” a um único sindicato “oficial”.

Só nos anos 1980, com a redemocratização, iniciou-se um debate sobre o direito dos trabalhadores à Autonomia sindical, ou seja, ao direito de decidir, livremente, sem interferências dos governos, sobre suas formas de organização; entrou na pauta sindical se os trabalhadores organizados deveriam, independentemente da legislação vigente, criar, com total liberdade e autonomia, suas instituições sindicais.

Essa introdução é instrutiva para situar os/as docentes da UFPE, associados/as ou não à ADUFEPE, no debate que se trava hoje, em 2011, no seio da organização sindical nacional que reúne trabalhadores/as das instituições federais de ensino superior (IFES) e que passa despercebido à maioria no cotidiano dessas IFES: a existência de duas entidades de caráter nacional que reivindicam a representação sindical dos e das docentes das IFES.

Quando foi fundada, na conjuntura dos anos 1980, marcada pelo combate ao autoritarismo da ditadura, o ANDES (que em 1998 tornou-se Sindicato Nacional ANDES-SN) era a referência obrigatória de todos/as os/as docentes das IFES; uma entidade única, forte, respaldada pelas suas bases, um porta voz legítimo da categoria. O ANDES-SN representava esse papel cercado de muito respeito por parte de suas bases. Naqueles anos, em nenhum momento se perdia de vista a sua função principal ou mais essencial: defender, como representação, os interesses de seus filiados diante do “patrão” comum: o governo federal.

Contudo, a força política da entidade fazia com que os/as docentes articulados com partidos políticos, aqueles mais envolvidos com a militância, fizessem do ANDES-SN uma plataforma para expressar seus desejos de hegemonia e transformassem os Congressos do ANDES-SN, a sua instância decisiva máxima, num espaço articulado com lutas políticas mais gerais até mesmo as que se davam no exterior - o que foi distanciando, pouco a pouco, a entidade da realidade das condições de trabalho cotidianas dos/as docentes.

A pergunta básica que começou a circular era: esses docentes não deveriam poder escolher livremente em que entidade se filiar?

Com isso, a legitimidade historicamente construída sofre abalos e a Andes começa a ser instrumentalizada por uma vanguarda política distante das suas bases. Esse processo de descolamento direção-base torna-se mais agudo com as mudanças na conjuntura político-partidária do início do séc. XXI, com a chegada ao poder central de um projeto político que contava com inúmeros adeptos na base do ANDES-SN. Nesta nova conjuntura política, a direção da Andes privilegiava mais o confronto do que a negociação; o governo deixava de ser o patrão para ser inimigo.

A insatisfação com essa condução política levou muitos docentes, de diferentes universidades federais de diferentes regiões, a um movimento de ruptura visando a fundação de uma nova entidade, destinada a resgatar a credibilidade da representação sindical nacional de docentes das IFES, chamada PROIFES.

Contudo, o surgimento dessa nova entidade desencadeou, em algumas AD's do país, uma importante discussão sobre

conceito de autonomia sindical, colocando em questão a exclusividade da representação sindical nacional dos docentes das IFES. A pergunta básica que começou a circular era: esses docentes não deveriam poder escolher livremente em que entidade se filiar? Mais ainda: porque todos deveríamos nos submeter ao monopólio de uma única entidade? Porque o pluralismo não valia para a categoria docente?

A posição da ADUFEPE

Conforme afirmamos na Revista nº3, de abril de 2010:

“As duas últimas diretorias da ADUFEPE, Novos Rumos e Avançar nos Novos Rumos, 2008 a 2010, firmam eleitas com uma proposta clara de resgatar a credibilidade da direção do Movimento Docente no seio dos professores da UFPE. Aqueles que fazem essa nova direção percebiam o distanciamento que havia entre os discursos exaltados dos dirigentes “conlutianos” e o cotidiano da categoria.

Essa nova direção da ADUFEPE veio afirmar a necessidade de respeito à pluralidade de opiniões e de assegurar o espaço democrático para discussão. O respeito à pluralidade (ninguém deve ser obrigado a pensar igual) não significa falta de posição. E o grupo político que hoje apóia e conduz a ADUFEPE discorda da condição política do ANDES-SN que tem como meta prioritária o confronto com governo federal, ao invés do caminho da negociação em defesa dos interesses da categoria docente.

A ADUFEPE entende que a função primordial de um sindicato é a defesa dos interesses econômicos e das questões trabalhistas de seus associados. E essa defesa exige disposição de negociar com o governo, qualquer que seja o governante. Por isso é oportuno iniciar o debate, de forma aberta e transparente, sobre essa questão nacional que envolve as diferentes visões sindicais.”

Geraldo Barroso é professor aposentado e diretor da ADUFEPE

A entidade se articula nacionalmente participando dos principais eventos do movimento docente

14 jul

Representantes da ADUFEPE participam do 56º CONAD (14 a 17 de julho)



No 56º CONAD, realizado na Universidade Estadual de Maringá, entre 14 a 17/07/2011, a programação contemplou um seminário sobre Ciência e Tecnologia, discussão em grupos mistos debatendo os planos de lutas para 2011

16 jun

Reunião do Setor das IFES em junho de 2011



Os professores José Luis Simões, Guilherme Varela e Eronivaldo Pimentel participaram da "Marcha em Brasília", no dia 16/06/2011, e da reunião do setor das IFES, nos dias 17 e 18/06/2011, na sede do ANDES-SN, em Brasília.

14 jun

GT de aposentados da Adufepe participa de encontro na UFRPE



A Adufepe foi convidada e compareceu, no dia 14 de junho, ao I Encontro de Aposentados da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco

03 jun

Diretoria da ADUFEPE se reúne com novos docentes do Centro Acadêmico de Vitória



No dia 03/06/2011, uma comitiva da ADUFEPE se reuniu com novos docentes do Centro Acadêmico de Vitória (CAV)

06 mai

Encontro do Setor das IFES (6 e 7 de maio - DF)



Os professores Eronivaldo Pimentel e José Luis Simões representaram a ADUFEPE na última reunião do Setor das IFES, nos dias 06 e 07/05/2011, em Brasília, na sede do ANDES-SN.

14 fev

30 congresso do ANDES-SN (14 a 20 de fevereiro - Uberlândia-MG)



Os delegados da ADUFEPE participaram do 30º Congresso do ANDES-SN, realizado na Universidade Federal de Uberlândia, no período de 14 a 20 de fevereiro de 2011.

Para ler os relatórios completos confira em nosso site www.adufepe.com.br

Para acompanhar as principais ações de interesse dos associados, a ADUFEPE instituiu três GTs com atividades específicas. São eles: GT de assuntos de aposentadoria, GT carreira e GT de assuntos jurídicos.

GT de Assuntos de aposentadoria

Esta comissão atua para organizar e dirigir eventos, estabelecer contatos com os associados aposentados e acompanhar todas as questões relacionadas ao grupo.

Os professores Guilherme Varela e Jarbas Souza, coordenadores dos assuntos de aposentadoria, estão organizando o I Encontro de Docentes Aposentados e Aposentáveis das Universidades Federais do Nordeste que será em setembro.

GT carreira

O GT carreira da ADUFEPE, representado pelos professores Eron Dantas Pimentel e José Luis Simões, realiza mensalmente reuniões que debatem carreira docente com os associados. Os principais objetivos do GT são: acompanhar as discussões nacionais e locais sobre o plano de carreira dos docentes das IFES, coordenar as reuniões mensais do GT carreira, participar de outras entidades nacionais e elaborar relatórios sobre as principais questões que envolvem a carreira docente.

GT de assuntos jurídicos

Composta pelos professores Irani Júnior e Guilherme Varela a comissão de assuntos jurídicos tem como objetivo: manter a diretoria informada sobre os assuntos da assessoria jurídica, participar dos eventos nacionais, organizar os assuntos jurídicos em um banco de dados e facilitar o acesso dos associados às informações sobre o andamento dos processos jurídicos. É também papel desta comissão, instigar a assessoria jurídica a propor demandas no judiciário, como foi feito no caso dos planos de saúde para os docentes com idade superior a 60 anos.

Auditório da ADUFEPE

Ontem um projeto, hoje uma realização

Por: Suara Macedo

A construção do auditório da ADUFEPE foi um sonho que se materializou como resultado de muito trabalho e dedicação do sindicato. Nos seus trinta e dois anos, a entidade cresceu em número e abrangência, e esta obra tem um pouco de cada associado.

O prédio veio para ampliar e tornar mais eficiente o trabalho da associação. Foram muitas assembléias, reuniões, debates e outros eventos em espaços cedidos pela universidade. A UFPE guarda uma parte importante da vida da comunidade ADUFEPE. Mas agora ela terá sua casa própria, seu espaço, construído com primazia para atender seus eventos. O auditório da ADUFEPE é a segunda etapa da execução do projeto de construção da sede própria.

Em 2008 quando a diretoria Novos Rumos ADUFEPE 30 anos assume a entidade, com a presidência do professor Jaime Mendonça, retomam-se as avaliações para a construção de sua sede própria, junto com esta idéia, vem o planejamento do auditório. Fez-se a sede. Chega a vez do auditório. O Conselho de Representantes se



Diretoria e Comissão de acompanhamento vistoriam obras do auditório

reuniu e autorizou a construção. Em reunião conjunta dia 22 de junho de 2010, a diretoria ADUFEPE e os membros da comissão avaliaram duas propostas e optaram pela mais adequada, com um orçamento inicial de 327 mil reais. Começa então, a entrar em ação um planejamento que resultaria em mais uma prova de que a entidade deve continuar a crescer.

Com 350 m² de área construída e

capacidade interna para mais de 100 pessoas, confortavelmente sentadas, o Auditório ADUFEPE será utilizado para atividades administrativas e culturais compatíveis com sua dimensão. O prédio possui detalhes distintos, como os pisos em Cerâmica Francisco Brennand no hall e as portas de madeira maciça que privilegiam beleza e segurança, projetadas com exclusividade para o empreendimento.

Projeto arquitetônico

O desenho do auditório, projetado pelos professores Enio Eskinazi e Antônio Amaral, partiu da idéia de disponibilizar ao associado um local agradável para eventos e reuniões. Eskinase explica a composição arquitetônica da nova sede. "Vinculado a condições como orçamento disponível, o edifício da Adufepe, foi dividido entre uma parte que compõe o bloco burocrático e administrativo e outra, mais



interessante, a área da assembleia. Composta pelo auditório e o espaço de convivência que é o terraço." Diz o autor

do projeto original. A localidade do auditório é formada pelo espaço para reunião fechada e outro para reunião aberta, que Eskinase chamou de *ágora*. Consiste num espaço lateral amplo, com estrutura independente. Pensando

em aproveitar bem o espaço, o hall de entrada também será usado para exposições culturais.

Comissão

A comissão de fiscalização da obra, inicialmente instituída pelo Conselho de representantes, foi ampliada. Com a função de acompanhar o melhor possível a construção, apontando direcionamentos, especificando ações e modificações nas obras a comissão de fiscalização é composta pelos professores: Marcos Vieira, Guilherme Varela, Valéria Viana, Marcílio de Alencar, Márcia de Barros Correia e Jarbas Souza. Este grupo avalia o trabalho das estagiárias e dos operários dando suporte técnico.

“Vejo na execução da edificação do auditório, uma grande preocupação no sentido de realizar o melhor para oferecer aos docentes um espaço de qualidade onde possam realizar ações não acadêmicas.”

Jarbas Souza

Construção e acompanhamento

Durante o processo, a ADUFEPE incluiu em seu quadro estudantes de arquitetura da UFPE, contratadas como estagiárias para seguir a execução das obras. Na primeira fase foram as jovens Guadiana Cortizo e Gabriela Mota que ajudaram na edificação da sede própria. Quando as obras do auditório começaram, as estagiárias Luzia Brekenfeld e Anna Rayanne Lins Moraes entraram em cena. Alguns professores da diretoria também acompanharam as obras, dando suporte técnico. Em alguns momentos eles estudaram e adequaram o planejamento fazendo novas intervenções. O acréscimo dos depósitos, por exemplo, foi uma decisão proveniente da necessidade de um local onde se pudessem arquivar documentos e acessórios referentes ao auditório.

“A construção da sede se tornou um laboratório prático de desenvolvimento educacional na vida de todos os estagiários participantes e, incluindo-se aí, visitas de estudantes de disciplinas de tecnologia ministradas no curso de arquitetura durante o período das aulas.”

Marcos Vieira



Instalações

O professor Marcos Vieira, que é engenheiro civil, elaborou os projetos do auditório, dentre os quais: segurança, climatização, elétrica, telefonia, comunicação e hidro-sanitária, todos em parceria com as estagiárias. A professora Valéria Viana, arquiteta, projetou a acústica do local. “A diretoria demonstrou competência e consciência quando solicitou ao arquiteto projetista que o edifício comportasse um tratamento acústico adequado. Como arquiteta, posso afirmar que foi feito um projeto de acordo com as condições exigidas pela comissão

de construção e a diretoria”, pontua a professora Valéria.



Outra questão muito importante a ser levada em conta foi a da acessibilidade. A passagem lateral entre o pilar e o final do piso permite a passagem de cadeirantes, e no auditório existe um espaço para que eles se posicionem confortavelmente. O projeto também considerou a possibilidade de receber um palestrante com deficiência e disponibilizou uma porta acessível no palco. Além dos banheiros adaptados às normas da NBR 9050.



Construção

Dois termos aditivos foram acrescentados ao contrato com a construtora escolhida. O primeiro referente a adequações e acréscimos de serviços decorrentes de alterações no projeto inicial e o segundo referente à construção dos depósitos, totalizando um pagamento de R\$ 381.931,71 à construtora.

Todo o desenvolvimento foi registrado pelas estagiárias num diário de obras. Assim, o prédio foi levantado e os professores aguardam ansiosos a inauguração do auditório ADUFEPE, onde platéia e palco se unirão em torno da Associação dos docentes da UFPE.

Os associados podem acompanhar o desenvolvimento das obras diariamente através do site www.adufepe.com.br e também podem ter acesso à cópia do contrato com a PROJECOM na sede da AD.

Cuidados com a voz

Por: Gabriella Falcão

A voz é a principal ferramenta da comunicação verbal, mas quando usada de forma inadequada, pode trazer prejuízos na qualidade do trabalho e problemas de saúde

“A voz é a principal ferramenta de trabalho para o professor” assim a professora Ana Nery Araújo do departamento de Fonoaudiologia abriu a palestra, Voz do professor conhecimentos e cuidados, que iniciou a comemoração do DIA MUNDIAL DA VOZ, realizada em 16 de abril pela ADUFEPE. A palestra teve o intuito de alertar os profissionais da voz, em especial os professores, sobre os problemas causados pelo mau uso da voz. Professores e alunos participaram do evento.

A professora propõe como primeira reflexão a forma como a voz é usada pelo professor em sala de aula, destacando que para manter a saúde desta ferramenta de comunicação e de trabalho, é necessário que o tom usado pela voz seja mudado de acordo com a intenção do discurso. Um dos problemas que podem levar a alteração da voz é quando a voz está engessada, ou seja, é usado o mesmo ajuste vocal o tempo inteiro. Os problemas vocais, segundo as professoras do departamento de Fonoaudiologia Adriana Gomes e Ana Nery Araújo, não são decorrentes de um único fator. O estresse da rotina de trabalho, associado a condições ambientais desfavoráveis são alguns dos aspectos que, muitas vezes, contribuem para a ocorrência de alterações na voz. Quanto aos sintomas



Salas com muitos alunos exige do professor esforço extra da laringe, podendo causar disfonias

vocais, alguns podem indicar início ou presença de problemas na voz: rouquidão, esforço ao falar, cansaço vocal, falhas (quebras) na voz, falta de volume e projeção vocal, dores e ardor na garganta.

A Professora Jônia Alves, também pertencente ao Departamento de Fonoaudiologia da UFPE, lembra que é

necessário preparar o aparelho fonador para o uso intensivo da voz em sala de aula, assim como um atleta se prepara fisicamente antes de uma competição. Para evitar os transtornos vocais, sugere que sejam adotadas algumas mudanças na rotina.

Sem os cuidados necessários para manter a saúde da voz, danos mais sérios podem acometer o aparelho fonador. Para diagnosticar tais problemas, o exame de laringoscopia deve ser realizado pelo médico otorrinolaringologista. Através deste exame, é possível avaliar a existência de lesões na laringe.

 <p>Aprenda a usar a voz com critério e adote algumas precauções para não perder esse instrumento de trabalho</p>	<p>A VOZ</p> <p>Quando se fala, o ar vindo dos pulmões faz as pregas vibrarem, formando a voz. Ela se amplifica nas cavidades do pescoço, no nariz e na boca, que formam a caixa de ressonância</p>	<p>LOCALIZAÇÃO</p> <p>As pregas vocais estão posicionadas horizontalmente no interior da laringe, ao lado da traquéia, ambas na região do pescoço</p>
	<p>A RESPIRAÇÃO</p> <p>Formadas por músculos e mucosa, as pregas permanecem abertas para a passagem do ar durante a respiração</p>	<p>FORMAÇÃO DE NÓDULOS</p> <p>O mau uso da voz provoca atrito entre as pregas e a formação de nódulos acúmulo de tecido produzido pelo próprio organismo para defender o local lesado</p>

Os principais tipos de lesões resultantes dos distúrbios vocais são:

Edemas das pregas (cordas) vocais

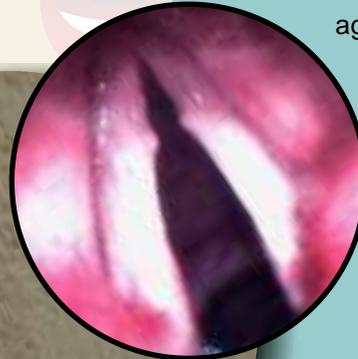
Os edemas relacionam-se com o uso da voz. Normalmente são localizados e agudos.

O tratamento é medicamentoso ou através de repouso vocal.

Os edemas generalizados e bilaterais representam a laringite crônica, denominada Edema de Reinke. É encontrada em pessoas expostas a fatores irritantes externos, especialmente o tabagismo (fumo) e o etilismo, sendo o mais importante fator associado ao uso excessivo e abusivo da voz.

Quando discretos, os edemas podem ser tratados com medicamentos e fonoterapia, assegurando-se a eliminação de seu fator causal; quando volumosos, necessitam de remoção cirúrgica, seguida de reabilitação fonoaudiológica.

Caso o professor verifique que está com alguns dos sintomas apontados, deve procurar uma ajuda especializada como um fonoaudiólogo e otorrinolaringologista.



Fonte: Imagens da internet

Nódulos

Os nódulos resultam de: fatores anatômicos predisponentes (fendas triangulares), personalidade (ansiedade, agressividade, perfeccionismo) e do comportamento vocal inadequado (uso excessivo e abusivo da voz).

O tratamento dos nódulos é fonoterápico. A indicação cirúrgica, todavia, pode ser feita quando os mesmos apresentam característica esbranquiçada, dura e fibrosada, ou ainda quando existe dúvida diagnóstica.

Pólipos

Os pólipos são inflamações decorrentes de traumas em camadas mais profundas da lâmina própria da laringe, de aparência vascularizada.

O tratamento é cirúrgico. A voz típica é rouca. As causas podem ser: abuso da voz ou agentes irritantes, alergias, infecções agudas, etc.

EVITE:

Usar a voz para competir com o barulho interno ou externo da classe;

Fumar ou ingerir bebidas alcoólicas;

Borrifar sprays ou chupar pastilhas, drops, gengibre ou cravo. O efeito anestésico alivia os sintomas, mas as pregas vocais continuam machucadas;

Comer alimentos gordurosos ou muito temperados, que aumentam a produção e a espessura da secreção, dificultando a fala e a deglutição;

Vestir roupas ou acessórios apertados na região do pescoço (gola, colar, gargantilha, lenço, gravata) e na cintura (calça, cinto, cinta elástica, faixas), pois eles dificultam os movimentos do diafragma;

Pigarrear ou tossir, hábitos que irritam as pregas vocais;

Expor-se a mudanças bruscas de temperatura;

Ter contato com substâncias que desencadeiam crises de alergia, bronquite, asma, rinite ou faringite.

Palato

Língua

Orofaringe

Laringofaringe (Hipofaringe)

Epiglote

Laringe

Esôfago

HABITUE-SE A:

Tomar água em temperatura ambiente durante as aulas, sempre em pequenos goles;

Apagar o quadro-negro com pano úmido, no lugar do apagador, para evitar a inalação da poeira do giz;

Comer maçã regularmente. A fruta auxilia na limpeza da boca e da faringe, melhorando a articulação e projeção da voz;

Ter postura reta e relaxada, enquanto estiver falando;

Repousar a voz entre as aulas;

Fazer exercícios regularmente e cuidar da saúde como um todo, já que qualquer problema no corpo pode influenciar na produção da voz.

Espreguiçar-se e bocejar várias vezes ao dia. Esses movimentos relaxam a musculatura do corpo e da garganta;

Aposentados da UFPE lutam pelo direito ao voto

Por: Gabriella Falcão

Docentes e Servidores aposentados são excluídos da consulta a comunidade da UFPE que escolhe o reitor da instituição

No dia 26 de abril a Universidade Federal de Pernambuco consultou sua comunidade composta por professores da ativa, servidores públicos e estudantes sobre a escolha do próximo reitor. Entretanto, os professores e servidores aposentados não participaram desta consulta.

O GT dos Aposentados da ADUFEPE, representando pelos professores Guilherme Varela e Jarbas Souza, entregou no dia 31 de março ao Reitor Amaro Lins uma solicitação para que o Conselho Universitário fosse convocado para efetuar uma alteração na Resolução nº02/2007, o qual explicitamente exclui a participação dos professores aposentados. Com esta alteração os 1.306 professores aposentados da UFPE teriam a oportunidade de participar da consulta para a escolha de reitor. O documento

também foi entregue aos candidatos que concorriam ao cargo de reitor.

No documento entregue os professores citaram a Universidade Federal do Paraná na qual os Professores Aposentados já participam do processo de consulta para Reitor desde a eleição de 2008, conforme explicitado pelo próprio Reitor da UFPR, na solenidade de abertura do XV Encontro de Aposentados realizado pelo ANDES, na UFPR.

O reitor Amaro Lins encaminhou a solicitação ao Conselho Universitário e ao presidente da Comissão Eleitoral, professor Ivanildo de Oliveira. Em resposta a entidade o professor Ivanildo informou que devido ao calendário das eleições seria impossível a inclusão de um número significativo de votantes, pois a lista de aptos a votar já havia sido entregue para o TRE no dia 28/03/2011.

Para o professor Guilherme Varela a participação dos professores

aposentados é fundamental para a democratização do processo de escolha do reitor. Professores e funcionários que depois de mais de 30 anos de trabalho e dedicação voltado para o desenvolvimento da UFPE não podem continuar excluído da consulta a comunidade. “A experiência e o conhecimentos acumulados pelos docentes e servidores aposentados, assegura uma escolha mais consciente para o próximo reitor dessa instituição” declara Guilherme.

Além da solicitação de inserir os aposentados na consulta, o documento elaborado pela ADUFEPE também cobra da reitoria a criação de uma vaga no Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão, uma para os docentes aposentados e outra para os servidores técnico-administrativos aposentados no Conselho Administrativo, dessa forma, os aposentados da UFPE estariam representados nos três Conselhos da nossa universidade.

O reitor eleito professor Anísio Brasileiro informou que um dos compromissos para o novo reitorado é inserir os aposentados na consulta e também a criação de uma vaga para os professores e funcionários aposentados no Conselho universitário.

AADUFEPE cobrará do novo reitor uma posição a respeito destas solicitações no início de seu mandato previsto para o mês de outubro.



A importância dos aposentados

Jarbas Souza*

No XV Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria realizado nos dias 27 a 29 de agosto 2010 na Cidade e Curitiba Paraná, ficou muito clara a importância do professor aposentado no contexto da sociedade.

Nos países mais desenvolvidos como França e, Japão, os idosos gozam de grande respeito, pois são considerados como a base estruturadora para os jovens que os substituem.

Os professores aposentados são a memória viva das instituições de ensino, quer no nível superior ou no nível médio. As experiências acumuladas ao longo de toda vida dos docentes nessas instituições são registradas, documentadas e repassadas como uma herança de pai para filho, servindo assim de base para o aprimoramento das universidades, que periodicamente lançam no mercado de trabalho profissionais de diferentes profissões, preparados para contribuir com o desenvolvimento do país, além das maiores pesquisas de interesse social.

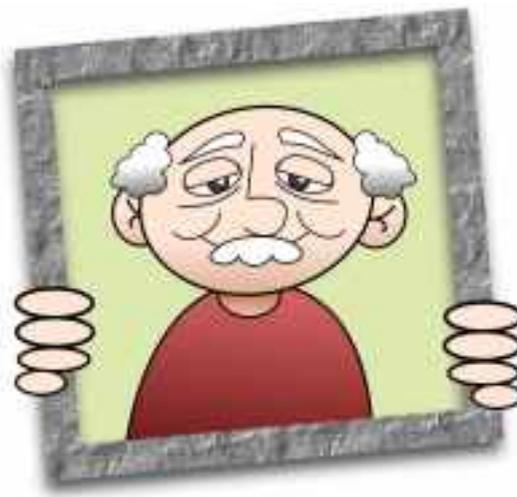
O tratamento que o governo vem dando aos professores das universidades públicas em especial aos aposentados e aposentáveis, ao que nos parece, é de inteiro menosprezo considerando outras categorias de instituições públicas que tiveram seus reajustes compatíveis com suas perdas. Algumas até se dão ao luxo de reajustarem seus próprios salários políticos- os quais já bem gordos, sem, contudo, perguntarem ao povo se concordava com as benesses aprovadas em plenário nas madrugadas, com poucos parlamentares.

A pensar que, quem passou mais de trinta anos dedicado ao exercício do magistério de ensino superior, descontando 8% de um plano de seguridade social (INSS) para após os longos anos preparando profissionais de todas as áreas de conhecimentos, terem uma terceira idade menos penosa, se vê na eminência de pedir esmola. É lamentável que na esplanada dos ministérios existam pessoas tidas como competentes para os diferentes exercícios políticos e que não percebam a importância dos seus

professores, todos esses que lhes conduziram com seus saberes a chegarem onde estão.

Essa falta de sensibilidade humana e profissional dará a cada um de nós num futuro próximo a possibilidade de sofrer dos mesmos tratamentos dispensados hoje aos docentes aposentados. Uma nação que não valoriza os idosos, os professores, em especial os aposentados, está fadada a perder sua história viva contida na memória dessas pessoas com condições produtivas de fazer inveja há muitos jovens.

O mais estarrecedor de toda essa odisseia, é perceber que a justificativa dos políticos para esse tratamento injusto aos docentes, é o aumento da folha de



pagamento. Ora, os parlamentares de princípios, deveriam sentir vergonha de permitirem aos governantes, com a aquiescência de boa parte de seus pares, tratarem os professores com tanta desigualdade como vem acontecendo nas últimas décadas. É por demais aviltantes um professor receber um terço ou um quarto dos proventos de outras categorias não menos importantes que a de professor.

O projeto de lei N° 7.232, de 19 de julho de 2010, que está na ordem do dia para entrar no congresso, vem na direção do rebaixamento dos professores, criando um divisionismo entre ativos e aposentados com uma partitura sinfônica de canto de sereia. Aliás, esse projeto que

propõe mais uma classe, tem em sua estrutura uma grande semelhança com o modelo de professor nos Estados Unidos.

Há muitas contradições em muitos gestores e políticos. Todos usam a retórica para confundir uma boa parte do povo menos esclarecido e, assim, se enriquecerem do poder que na verdade seria do povo enquanto cidadão pagando seus impostos em dia.

O paraíso transcendental só após a morte. O paraíso terrestre que tanto Hegel e Karl Marx desejavam talvez nos próximos quinhentos anos, quando a sociedade conscientizar-se que se fazem necessárias algumas mudanças tais como: acabar com a imunidade parlamentar, discutir temas polêmicos com a sociedade organizada e as universidades, acrescenta-se ainda que os políticos saiam candidatos pelos seus distritos depois de suas propostas serem aprovadas pelo povo para serem irrevogavelmente cumpridas.

Contudo, certamente Hegel e Marx nunca pensaram em “achatar” o professor, muito menos desvalorizá-lo, pois ao que sabemos, eles como pensadores socialistas tiveram suas formações na Universidade de Bonn onde conviveram com grandes mestres do ensino germânico.

Diante de todos os questionamentos já colocados por tantos professores, cidadãos e intelectuais de nossa cidadania, ainda são poucos. Alertamos aos docentes ativos e aposentados, para não se deixarem cair no canto da sereia, pois quando perceberem que a beleza era virtual e enganosa, talvez seja tarde e já estaremos todos nos “campos de elísios”.

"O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem-caráter, nem dos sem-ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons!" Martin Luther King.

Jarbas Souza é professor aposentado e Coordenador do GT de Aposentadoria da ADUFEPE

Blog
profesSOUaposentado

A ADUFEPE criou mais um meio de comunicação entre a entidade e seus professores aposentados. Confira o nosso blog: <http://professouaposentado.blogspot.com> - Participe!

Janeiro a Junho 2011	
APLICAÇÕES e RENDIMENTOS	
Aplicação CEF (rendimento)	R\$ 962,32
Aplicação CEF (saldo no final do periodo)	R\$ 21.197,92
Poupança (rendimento)	R\$ 3.912,86
Poupança (saldo no final do periodo)	R\$ 114.758,74
TOTAL DE SALDOS - Aplicações e Rendimentos	R\$ 140.831,84
ENTRADAS e DISPONIVEIS	
Resgates da poupança/cta investimento no periodo	R\$ 258.451,94
Saldo anterior conta corrente 201.756-3 - DEZ/2010	R\$ -
Saldo anterior de Caixa - DEZ/2010	R\$ 1.108,16
Consignação - Contribuição Associados	R\$ 764.722,03
Outras entradas	R\$ 1.896,68
TOTAL DE SALDOS - Entradas e Disponiveis	R\$ 1.026.178,81

SAIDAS	
REPASSES A ENTIDADES	
ANDES - Comissão Nacional Mobilização - Fundo de Solidariedade	R\$ 137.136,43
Inscrições e Rateios	R\$ -
Ajuda a outras Entidades	R\$ -
SUBTOTAL I	R\$ 137.136,43
PESSOAL	
Benefícios (Pl. Saude-transporte-alimentação)	R\$ 30.639,78
Encargos Sociais (INSS-FGTS-PIS-IRRF)	R\$ 45.043,58
Salarios	R\$ 69.754,00
Férias e 13.Salario	R\$ 14.742,17
Estagiarios (bolsas, ajuda de custo)	R\$ 11.586,64
Rescisões	R\$ 22.504,24
SUBTOTAL II	R\$ 194.270,41
SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Assessoria Contabil	R\$ 6.440,00
Assessoria Juridica	R\$ 40.307,86
Despesas com o juridico (outras)	R\$ 3.335,43
Transportes (taxi, etc.)	R\$ 3.536,25
Encargos Sociais Retidos de Terceiros (IRRF-INSS-PIS-ISS, etc)	R\$ 9.345,95
Outros Serviços	R\$ 9.314,24
SUBTOTAL III	R\$ 72.279,73
INFRAESTRUTURA	
Telefones e Internet	R\$ 9.292,13
Sistemas de Informatica	R\$ 6.634,87
Segurança Eletrônica (monitoramento)	R\$ 2.430,00
Manutenções (computadores,ar-cond., central telef., etc.)	R\$ 3.168,21
Assinaturas (Periodicos, TV fechada, etc.)	R\$ 1.661,20
Outros (Alimentos, mat.escritorio, copa e limpeza, copiadora Xerox)	R\$ 9.590,22
SUBTOTAL IV	R\$ 32.776,63
AQUISIÇÕES PARA O IMOBILIZADO	
Equipamentos, Moveis, etc	R\$ 13.589,37
Obra do Auditorio	R\$ 196.756,69
SUBTOTAL V	R\$ 210.346,06
EVENTOS E ATIVIDADES SINDICAIS	
Diarias - ajuda de custo	R\$ 31.850,00
Hospedagem	R\$ 7.190,80
Pasagens aereas e taxi	R\$ 33.834,53
Confraternização (Final de Ano, são joão, aniv.Adufepe, etc.)	R\$ 21.744,80
Outros	R\$ 6.159,79
SUBTOTAL VI	R\$ 100.779,92
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	
Correios	R\$ 3.820,30
Impressos (jrdal da ADUFEPE e Outras publicações)	R\$ 3.322,34
Outros (brindes, etc)	R\$ 6.265,00
SUBTOTAL VII	R\$ 13.407,64
BANCOS	
Taxas Bancarias e CPMF	R\$ 357,83
Saldo Final de Caixa - Abr/2011	R\$ 81,58
SUBTOTAL VIII	R\$ 439,41
TOTAL DE DESPESAS	
Depositos em poupança/aplicações no perido	R\$ 228.738,67
Total de saidas da conta corrente	R\$ 990.174,90
SALDO FINAL EM CONTA CORRENTE	R\$ 36.003,91
SALDO FINAL EM APLICACOES	R\$ 21.197,92
SALDO FINAL EM POUPANÇA	R\$ 114.758,74
SALDO FINAL EM CAIXA	R\$ 81,58
TOTAIS DE DISPONIBILIDADES	R\$ 172.042,15

PL 1992/07: Fique alerta!

Você sabia que sua previdência vai mudar?

Irani Junior*

A Magna Carta ou Constituição Federal (C.F.) de 1988, no seu artigo 40, estabelece que os servidores públicos efetivos da União, Estados e Municípios, estando também nesse universo incluso os servidores da Administração Indireta, terão a obrigatoriedade de contribuir para um regime previdenciário. Esse regime se caracteriza pelo caráter solidário, cujo aporte financeiro é realizado pelo desconto em folha, do ente público em que se vincula o servidor, observados os critérios **que preservem o equilíbrio financeiro** e atuarial.

No parágrafo 14 ,do mesmo diploma legal, temos que “ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores** titulares de cargo efetivo, **poderão fixar**, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social...”.(Grifo Nosso)

Isso significa, na prática, que os entes públicos supracitados fixarão o valor das aposentadorias e pensões que serão concedidas pelo Regime de Previdência Próprio dos Servidores Públicos - RPPS o mesmo teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social RGPS, desde que seja criado, um fundo de previdência complementar do servidor público.

No parágrafo nº15, do mesmo dispositivo, observamos que “**...Lei complementar** disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo”. (Grifo Nosso). A redação desses dois parágrafos (14 e 15), foram incluídas pela Emenda Constitucional (E.C.) nº 20, de 15/12/98.

Em resumo, na ótica do Governo e da legislação mencionada, temos as seguintes necessidades: encontrar o equilíbrio financeiro do regime previdenciário e de instituir o regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores.

A E.C. nº 20, a partir das alterações introduzidas no art. 40 da C.F. viabilizou a criação do regime de previdência complementar dos servidores públicos. Assim, os servidores públicos titulares de

cargos efetivos passaram a contar com dois regimes de previdência: um **Regime Próprio de Previdência Social**, e um **Regime de Previdência Complementar**, com previsão no art. 40 da CF.

O Regime de Previdência Complementar, ainda pendente de instituição, seria organizado de forma completamente autônoma, com relação ao regime geral, e a adesão seria facultativa. Com base o quadro constitucional atual, o regime de previdência complementar dos servidores públicos deveria ser instituído por lei, de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. Essa lei teria por finalidade promover através de mecanismos próprios a redução no déficit da previdência no futuro.

Enviado ao Congresso no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2007, o PL 1.992, tem a finalidade de instituir o Regime de Previdência Complementar, fixando o limite máximo da aposentadoria para o servidor público da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, em igual valor ao que é pago pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) tratado no Art. 40 da Constituição Federal. Promove ainda

a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp).

Desse modo, com o PL 1.992, a aposentadoria do servidor público e privado teria o mesmo teto, hoje algo em torno de R\$ 3.600,00 de acordo com o INSS em conformidade com a previsão da Constituição Federal. Se almejar valores maiores, deverá o servidor contribuir para o Regime de Previdência Complementar, como ocorre com os trabalhadores da iniciativa privada.

Por se tratar de um assunto extremamente controverso e que engloba na mesma massa do bolo todos os servidores da união, com ganhos extremamente discrepantes, passou a existir uma intensa mobilização contrária a aprovação do PL 1.992.

Nesse contexto, faz-se necessário aprofundar o tema, levando aos nossos associados informações do que parece ser inevitável, pois o Executivo empenha-se na aprovação do PL 1.992 e conta com folgada maioria em ambas as casas do Congresso Nacional.

Como ultimo movimento legislativo foi aberto o prazo para emendas ao substitutivo, ou seja, cinco sessões ordinárias a partir de 29/06/2011.

Pontos duvidosos do PL 1.992:

- 1 - Falta de certeza dos valores que serão recebidos pelo servidor no momento da sua aposentadoria.
- 2 - Estudos, inclusive do próprio governo, garantem que a Previdência é superavitária e não deficitária.
- 3 - Falta de representatividade dos servidores no Funpresp, no seu conselho de deliberação.
- 4 - Criação da equivocada isonomia entre servidores públicos e os trabalhadores (as) da iniciativa privada.
- 5 - Equiparação dos vencimentos dos diversos servidores públicos (União, Estados e Municípios).
- 6 - Forma de inconstitucional do PL, o Governo quer impor por Lei Ordinária, quando a previsão do artigo 202 da Constituição Federal diz que a forma deveria ser por Lei Complementar. A esse entendimento já se manifestou o STF no Recurso Extraordinário nº. 419.629/DF, DJ de 30-06-2006, Rel. Celso de Mello.

Possível Interesse do Governo:

- 1 - Possibilidade de confisco das contribuições realizadas pelos servidores públicos.
- 2 - Perda de direitos e conquistas da categoria desonerando a União de suas obrigações com essa classe trabalhadora.
- 3 - Atribuição da má gestão dos recursos públicos aos servidores públicos.
- 4 - Com a criação do Funpresp, passará a existir o maior fundo de previdência do Brasil, desse modo é possível usar os seus recursos oriundos do servidor no mercado financeiro. Sendo essa estratégia interessante ao Governo, pois poderá destinar via “terceirização” os ganhos ao próprio custeio da sua máquina, a revelia dos servidores!

* Irani Junior é diretor da ADUFEPE e participa do GT Jurídico.

1º Encontro dos Docentes Aposentados e Aposentáveis das Universidades Federais do Nordeste

15 e 16
de setembro
Auditório da ADUFEPE

Realização: **ADUFEPE**

3º Encontro de Aposentados e Aposentáveis da UFPE



Dica de Filme

Lixo Extraordinário



Lixo Extraordinário: Filmado ao longo de dois anos (agosto de 2007 a maio de 2009), *Lixo Extraordinário* acompanha o trabalho do artista plástico Vik Muniz em um dos maiores aterros sanitários do mundo: o Jardim Gramacho, na periferia do Rio de Janeiro. Lá, ele fotografa um grupo de catadores de materiais recicláveis, com o objetivo inicial de retratá-los. No entanto, o trabalho com esses personagens revela a dignidade e o desespero que enfrentam quando sugeridos a reimaginar suas vidas fora daquele ambiente.

A equipe tem acesso a todo o processo e, no final, revela o poder transformador da arte e da alquimia do espírito humano.

Exposições

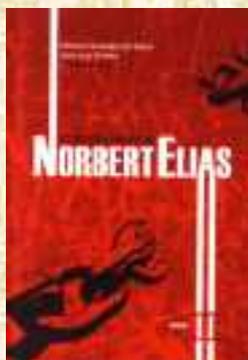


Cerca de 700 pequenas pinturas feitas por grandes artistas pernambucanos foram reunidas pela Galeria Oficina ao longo dos anos e são mostradas pela primeira vez no Centro Cultural Correios (Avenida Marquês de Olinda, 262, Bairro do Recife). A mostra fica em cartaz de terça-feira a sexta-feira, das 9h às 18h, e aos sábados e domingos, das 12h às 18h. Informações: 3224 5739 e 3424 1935. Até 21 de agosto.

Dica de Leitura

Escritos a partir de Norbert Elias volume II

No primeiro volume de *Escritos a partir de Norbert Elias*, os organizadores privilegiaram artigos que apresentassem forte entrada em problemáticas teóricas e empíricas capazes de chamar a atenção para os marcos conceituais elisianos desenvolvidos a partir da percepção dos signatários do modelo explicativo dos processos civilizadores e também figuracionais propostos pelo sociológico alemão. Os esforços, tanto no primeiro volume como nesta publicação, são de fincar raízes teóricas e metodológicas que renovem o pensamento de Norbert Elias, se isso é verdadeiramente possível e circulem por entre problemáticas que não foram abordadas na síntese elisiana. Nesta edição, de uma série que os organizadores pretendem publicar, são unidas vozes brasileiras às vozes e aos escritos de dois pesquisadores estrangeiros que nos brindam com os seus olhares curiosos e atentos ao quadro teórico da síntese elisiana e suas abordagens empíricas.



Jornal Político Cultural

arte sensu

O *Arte Senu* nº 10, jornal político-cultural, produzido pela Assessoria de Comunicação da ADUFEPE, será publicado em breve.

Os interessados em participar desta publicação devem enviar seus trabalhos para a ADUFEPE ou por e-mail junto com uma foto do autor e uma pequena biografia.

PARTICIPE!

www.adufepe.com.br/artesensu.htm

É muito importante manter seu cadastro atualizado. Basta entrar em contato conosco em nossa sede ou pelo telefone para verificar seus dados.